



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

DECISÃO – IMPUGNAÇÃO AO EDITAL

Empresa: *TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.*

Processo impugnação nº 10906/2025 (flowdocs)

Processo Licitatório: 06250/2025

Referente ao:

PREGÃO Nº: 009/2025

DATA DA ABERTURA: 21 de agosto de 2025.

HORÁRIO: 10:00

OBJETO: *AQUISIÇÃO DE PRODUTOS ASFÁLTICOS*

Inicialmente informamos que o procedimento licitatório será realizado na modalidade *PREGÃO ELETRÔNICO DO TIPO MENOR PREÇO UNITÁRIO, PARA REGISTRO DE PREÇOS*, com observância as disposições contidas no Decreto Municipal 3.847 de 12 de junho de 2024, na Lei Federal nº 14.133 de 01 de abril de 2021 e Lei Complementar Federal nº 123/2006, bem como suas posteriores modificações e demais normas complementares e disposições deste instrumento. O edital foi publicado no Diário Oficial do Município em 06/08/2025 e no jornal de grande circulação (Jornal O Dia) em 07/08/2025. Em ambas situações, os editais ficaram disponíveis para download na plataforma BLL compras (<https://bll.org.br/>), PNCP, Portal da transparência e na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

DA TEMPESTIVIDADE

O pedido de impugnação foi feito pela empresa *TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA*, recebido por esta Prefeitura, tempestivamente. O mesmo foi enviado via plataforma BLL Compras em 13 de agosto de 2025 e protocolado nesta Prefeitura sob o n.º 010906/2025 (Flowdocs).

DO PEDIDO

Em breve síntese, a impugnante apresenta impugnação ao edital, informando que o instrumento convocatório apresentou equívoco, questionando a exigência de Licença de Operação (LO) ambiental para o fornecimento dos produtos Cimento Asfáltico de Petróleo (CAP) 50/70 e Asfalto Diluído CM-30.

Nas suas argumentações, a empresa sustenta e fundamenta que:

- A Licença de Operação (LO) é exigida apenas para produtos industrializados, modificados ou processados, como emulsões asfálticas ou CAP modificado, o que não é o caso, conforme Lei nº 6.938/81 e Resolução CONAMA nº 237/97.
- CAP e CM-30 são retirados diretamente da refinaria e entregues ao contratante, sem industrialização ou alteração nas instalações da licitante.
- A comercialização e distribuição desses insumos exige apenas autorização da Agência Nacional do Petróleo (ANP), conforme Resolução nº 2/2005.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

- A Resolução CONAMA nº 237/97 não prevê licenciamento para simples distribuição de insumos asfálticos sem processamento.
- A empresa não armazenará o produto, apenas fará transporte direto da refinaria ao órgão público, o que não caracteriza atividade sujeita à LO.
- A exigência restringe a competitividade e, portanto, deve ser retirada do edital.

Com isso, requer:

Retificação do edital para excluir a exigência de Licença de Operação Ambiental para os itens CAP 50/70 e CM-30.

DO JULGAMENTO

Sempre é bom lembrar que o Art. 5º da lei nº 14.133 de 01 de abril de 2021 diz: Na aplicação desta Lei, serão observados os princípios da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da publicidade, da eficiência, do interesse público, da probidade administrativa, da igualdade, do planejamento, da transparência, da eficácia, da segregação de funções, da motivação, da vinculação ao edital, do julgamento objetivo (...).

Antes de analisarmos e julgarmos a impugnação, necessário se faz enviá-la ao órgão requisitante, neste caso, a Secretaria Obras Públicas Urbanização e Transportes, para análise e pronunciamento, vez que a solicitação de impugnação refere-se à parte técnica, que elaborou o Estudo Técnico Preliminar e Termo de referência.

DA RESPOSTA DO SETOR SOLICITANTE (SECRETARIA DE OBRAS PÚBLICAS, URBANIZAÇÃO E TRANSPORTE)

O processo foi enviado à Secretaria Obras Públicas Urbanização e Transportes, para que fosse feita análise e manifestação quanto à impugnação interposta. Segue a conclusão (parte) da resposta:

(...)

Diante do exposto, a Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transporte opina por indeferir a impugnação apresentada pela empresa TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA., mantendo-se inalterada a exigência de apresentação da Licença de Operação Ambiental (LO) para o fornecimento dos itens CAP 30/45 e CM-30, nos termos do edital, considerando:

- O CAP 30/45 pode ser transportado em temperatura elevada, exigindo aquecimento do tanque da carreta para transbordo seguro e total do material, caracterizando manipulação e modificação de produto perigoso;
- O CM-30 é líquido inflamável, sendo seu transporte enquadrado como carga perigosa;
- O transporte e operação desses produtos configuram manipulação de cargas perigosas, exigindo licenciamento ambiental conforme legislação federal (Lei nº 6.938/1981 e Resolução CONAMA nº 237/1997).
- O pedido de impugnação refere-se ao CAP 50/70, e não ao CAP 30/45 constante do edital, tornando a alegação desconexa com o objeto licitatório.

(...)



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

A resposta completa pertinente a impugnação respondida de Obras Públicas, Urbanização e Transporte será disponibilizada na totalidade na aba “Arquivos” da plataforma BLL Compras.

DA RESPOSTA DA PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO

O processo, também, foi encaminhado Procuradoria Geral do Município para que fosse feita análise, manifestação e parecer quanto à impugnação interposta. Segue em anexo o parecer e abaixo trecho final da resposta:

(...)

“Dessa forma, entendo exigível a licença de operação por se tratar de transporte de produto químico potencialmente poluidor, não sendo crível a sua necessidade somente na fabricação e ou transformação, mas também quanto ao transporte, nos termos do art. 1º, II da Resolução N. 237/1997 – CONAMA, considerando seu elevado grau de agente poluidor.

Ademais, a impugnante alega que tal exigência seria para o produto CAP 50/70 e CM – 30, conforme asseverado na resposta do Secretário Municipal de Obras, o que não são os produtos a serem licitados, que são o cimento asfáltico CAP 30-45, emulsão asfáltica RM-1C, mas tão somente o asfalto diluído CM-30.

Diante do exposto, opino pelo indeferimento da impugnação.”.

A resposta completa do parecer feito pela Procuradoria Geral do Município será disponibilizada na totalidade na aba “Arquivos” da plataforma BLL Compras.

Diante do exposto, tanto pela Secretaria de Obras Públicas, Urbanização e Transporte, Secretaria requisitante, bem como, pela Procuradoria Geral do Município, esta Pregoeira/Agente de Contratação acrescenta que:

Considerando o pedido de impugnação ao Pregão Eletrônico nº 09/2025, apresentado pela empresa *TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA*, por meio da Plataforma BLL Compras e protocolado através do processo nº 010906/2025 (Flowdocs);

Considerando que essa Pregoeira/Agente de Contratação entende que o procedimento licitatório deverá ser conduzido de maneira imparcial e isonômica e que age visando o interesse público e a proposta mais vantajosa para a administração, além de obedecer rigorosamente a todos os princípios que norteiam o universo licitatório, dentre eles a vinculação ao instrumento convocatório;

Considerando que esta Pregoeira/Agente de Contratação entende que, qualquer empresa licitante e apta a participar da licitação, deve possuir igualdade de oportunidades entre todos os interessados, bem como, esta Prefeitura tem como objetivo buscar pela melhor proposta em estrita observância ao princípio da impessoalidade. Tal desejo objetiva garantir a transparência, a competitividade, e a seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública;



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

Divisão de Licitação

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item 1, da Classificação dos Produtos como perigoso, e que essas “classificações implicam a necessidade de adoção de medidas específicas de segurança no transporte, armazenamento e transbordo.”

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item 2, e esse “procedimento que caracteriza manipulação e modificação de produto perigoso, reforçando a necessidade de licenciamento ambiental para transporte e operação segura”.

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item 3, do Licenciamento Ambiental e do Princípio da Precaução, onde a legislação ambiental (Lei nº 6.938/1981 e Resolução CONAMA nº 237/1997) exige licenciamento prévio para atividades potencialmente poluidoras. Entre elas, inclui-se expressamente o transporte de cargas perigosas.

Considerando resposta pelo setor solicitante quanto ao item 4, da Não Restrição Indevida à Competitividade, onde a exigência da Licença de Operação (LO) não restringe a competitividade, mas garante segurança técnica e jurídica, assegurando que apenas empresas regularizadas possam fornecer os produtos, em conformidade com a lei, o princípio da precaução e a proteção ambiental.

Considerando conclusão do setor solicitante opinando **indeferimento da impugnação** da empresa, mantendo a exigência da Licença de Operação Ambiental (LO), pois os produtos licitados (CAP 30/45 e CM-30) são considerados cargas perigosas, cujo transporte exige licenciamento ambiental. Além disso, a impugnação mencionou produto (CAP 50/70) diverso do previsto no edital.

Considerando parecer da Procuradoria Geral do Município de que é exigida a Licença de Operação também para o transporte de produtos químicos potencialmente poluidores, conforme a Resolução CONAMA nº 237/1997, e a impugnação é improcedente por citar produto diverso do realmente licitado, opino pelo indeferimento da impugnação

Diante de todo o exposto, considerando as manifestações técnicas da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, bem como o parecer jurídico exarado pela Procuradoria Geral do Município, esta Pregoeira/Agente de Contratação opina pelo indeferimento da impugnação apresentada pela empresa **TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA.**, mantendo-se inalteradas as exigências do edital do Pregão Eletrônico nº 009/2025, especialmente no que tange à apresentação da Licença de Operação Ambiental (LO) para o fornecimento dos produtos licitados.

Ressalte-se que a exigência encontra respaldo na legislação ambiental vigente, em razão da natureza dos produtos a serem fornecidos e transportados, caracterizados como cargas perigosas, cuja manipulação e transporte exigem o devido licenciamento ambiental, permanecendo íntegro o edital publicado, prosseguindo o certame em sua forma original, com as condições já estabelecidas, permanecendo a data do certame para dia 21 de agosto de 2025, às 10:00 horas.

Por fim, informo que cabe ao Pregoeiro o dever de cumprir o que lhe foi determinado em ato convocatório, especialmente as atribuições que lhe são conferidas, de acordo com o Art. 1º, III, da Lei Complementar nº 096/22.



PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO VALE DO RIO PRETO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
Divisão de Licitação

DA DECISÃO

Diante do exposto, na qualidade de Pregoeira/Agente de Contratação, tendo como base o entendimento da Secretaria Municipal de Obras Públicas, Urbanização e Transportes, Secretaria demandante do objeto, bem como, do parecer da Procuradoria Geral do Município, opina pelo **INDEFERIMENTO** do pedido de impugnação, feito pela empresa **TRAÇADO CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA**, razão pela qual permanece íntegro o edital publicado, prosseguindo o certame em sua forma original, com as condições já estabelecidas, permanecendo a data do certame para dia 21 de agosto de 2025, às 10:00 horas. O processo será enviado para deliberação do Exmo. Sr. Prefeito e após dê publicidade ao ato, bem como, que a resposta seja disponibilizada na plataforma BLL Compras, bem como publicada nos veículos de comunicação, quais sejam, no Diário Oficial do Município, portal da transparência, além de ficar disponível para download na página da prefeitura no link: <https://www.sjvriopreto.rj.gov.br/licitacao>.

São José do Vale do Rio Preto, em 18 de agosto de 2025.

FLAVIANA MEDEIROS LAMEIRA RIBEIRO
Pregoeira/Agente de Contratação